

RESUMO DA CONJUNTURA

Ano III - Nº 18 - 10 Março/97

SUMÁRIO*

1. Nível de Atividade	1
2. Balanço de Pagamentos	3
3. Finanças Públicas	5
4. Política Monetária	7
5. Inflação	8
Fontes de Referência	9

IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
Coordenação Geral de Finanças Públicas
Coordenador: Francisco Pereira
Responsável: José Hamilton Bizarria
End.: SBS - Q.1 - Bl. J - Ed. do BNDES - 7º Andar - Sala: 701
CEP 70076-900 - Brasília-DF
Fone: (061) - 315-5303 e 315-5379
Fax: (061) - 223-5282 e 226-1526

* Documento elaborado com informações disponíveis até 07.03.97. Os dados e opiniões aqui apresentados não refletem, necessariamente, o ponto de vista do Ministério do Planejamento e Orçamento e do IPEA.

1. NÍVEL DE ATIVIDADE

De acordo com dados recém-divulgados, a Fundação IBGE retificou os resultados referentes ao crescimento do PIB em 1996. Com a revisão, o PIB cresceu 2,91% (a taxa divulgada anteriormente era de 3,1%), refletindo o crescimento de 3,1% da agropecuária, de 2,3% da indústria e de 3,3% do Setor Serviços (Cf. Tabela 1). Segundo essa instituição, a contribuição positiva do setor primário é consequência do bom desempenho da pecuária (7,8%), devido ao aumento do poder aquisitivo das classes de menor renda após o Plano Real, proporcionando maior consumo de produtos de origem animal. Quanto às lavouras, a redução da safra de cereais, leguminosas e oleaginosas, causada principalmente pela menor produção de milho, arroz e soja, foi contrabalançada em parte pelo aumento da produção de trigo, cana de açúcar, café em coco e laranja, revertendo a expectativa inicial de forte queda da atividade agrícola. No que se refere à Indústria, seu resultado foi prejudicado pelo fraco desempenho da indústria de transformação, que cresceu apenas 0,82%.

TABELA 1
Brasil: Variação do PIB por Setor de Atividade em 1996

Setores	Taxa de Variação (%)
Agropecuária	3,12
Lavouras	-0,79
Pecuária	7,80
Indústria	2,34
Extrativa Mineral	9,74
Transformação	0,82
Serviços de Utilidade Pública	6,50
Construção Civil	5,47
Serviços	3,34
Comércio	5,07
Transportes	2,83
Comunicações	11,39
Instituições Financeiras	-8,89
Administração Pública	1,36
Outros Serviços	0,48
PIB	2,91

Fonte: Fundação IBGE

A Fundação IBGE também acaba de divulgar os dados da Pesquisa Industrial Mensal, referentes a dezembro. Segundo esses dados, a produção industrial (extrativa mineral e transformação) do país cresceu 1,4% em 1996. Embora dezembro tenha apresentado redução de 1,4% em relação ao mês anterior (novembro foi o pico do ano), a produção industrial superou em 7,8% a verificada em igual mês do

ano passado. No quarto trimestre de 1996, em confronto com o mesmo período de 1995, o resultado também é positivo (7,2%). A tabela a seguir mostra esses números.

TABELA 2

Brasil: Desempenho da Produção Industrial em Dezembro de 1996

Período	Taxa de Variação (%)
Dez - 96 / Nov - 96	-1,4
Dez - 96 / Dez - 95	7,8
Jan - Dez 96 / Jan - Dez 95	1,4
Out - Dez 96 / Out - Dez 95	7,2

Fonte: Fundação IBGE.

O resultado de 1996 (crescimento de 1,4%) mostra comportamentos muito distintos entre os vários gêneros. As maiores taxas de crescimento couberam aos segmentos que respondem mais rapidamente à flexibilização do crédito e àqueles mais sensíveis aos ganhos de renda, enquanto os mais afetados foram os mais expostos à concorrência externa. Destaque-se a influência positiva que as atividades de construção e de extração e refino de petróleo exerceram sobre a performance global do setor industrial. A produção de bens de consumo duráveis cresceu 11,2%, bem acima do aumento da produção de não duráveis e intermediários (3,0% e 2,7%, respectivamente). Já os bens de capital, onde tem sido mais expressivo o aumento das importações, apresentaram queda de produção da ordem de 14,3%.

Os dados divulgados pela FIESP, referentes a São Paulo, mostram pequeno aumento da produção industrial em janeiro. O Indicador do Nível de Atividade (INA), dessazonalizado, cresceu 0,3% em relação ao mês anterior. No entanto, comparado a janeiro do ano passado, o INA apresentou crescimento de 12,4%, refletindo especialmente a base de comparação deprimida. Para os próximos meses, essa instituição prevê um ritmo de crescimento moderado. Quanto ao emprego industrial, continuou a tendência de queda, apesar do aumento na produção. Em janeiro, houve redução de 0,45% no nível de emprego da indústria paulista em relação ao mês anterior. A FIESP atualizou a metodologia desse indicador ao adotar nova base de comparação e aumentar a amostra de empresas. Com a modificação, a queda do emprego industrial no ano passado foi de 7,3%, em vez de 8,2% como tinha sido divulgado anteriormente.

As previsões mais recentes de desempenho do PIB para 1997 apontam um crescimento superior ao de 1996, situando-se no intervalo entre 3,5% e 4,8% (Cf. Tabela 3). O IPEA-GAC fez previsões apenas para o primeiro semestre (crescimento do PIB de 3,9% em relação a igual período do ano passado).

TABELA 3

Brasil: Crescimento do PIB, da Produção Industrial e Agrícola Previstos para 1997

Instituições	Taxa de Crescimento Prevista (%)		
	PIB	Indústria	Agricultura
Macrométrica	4,8	4,4	7,9
CNI	4,5	--	--
MCM Consultores	4,2	3,6	6,6
Banco da Bahia	4,1	3,9	2,5
Contador e Associados	3,9	3,8	4,0
Salomon Brothers	3,5	3,3	--
Rosenberg	4,0	3,5	5,0
Banco Garantia	3,9	3,5	6,4
Banco de Boston	3,9	3,9	8,0
LCA Consultores	4,0	3,2	5,0
BIRD	4,0	--	--
JP Morgan	3,8	--	--

Fonte: Publicações especializadas.

2. BALANÇO DE PAGAMENTOS

A balança comercial em janeiro, pelo oitavo mês consecutivo, apresentou déficit (US\$ 413 milhões), resultado de exportações de US\$ 3,69 bilhões e importações de US\$ 4,10 bilhões. As importações incluem US\$ 534 milhões de compras de combustíveis e lubrificantes importados pela Petrobrás e que não chegaram a ser contabilizadas na sua totalidade pelo Sistema de Comércio Exterior (Siscomex).

O crescimento de 6,1% das exportações globais em janeiro, em relação ao mesmo mês do ano passado, é explicado principalmente pelo aumento das vendas de produtos básicos, que cresceram 25,4%. Contribuiu para esse resultado o aumento das vendas de produtos beneficiados pela melhoria das cotações internacionais, especialmente café (106% de crescimento das vendas em janeiro). Quanto aos produtos manufaturados, que cresceram 4,5% no mês, destacaram-se calçados e material de transporte. Nos semimanufaturados, houve estabilidade das exportações (aumento de 0,3%), conforme pode-se ver na tabela a seguir.

TABELA 4

Brasil: Evolução da Balança Comercial em Janeiro de 1996 e de 1997

Balança Comercial	Janeiro/96	Janeiro/97	Em US\$ Milhões
			Taxa de Crescimento(%) Jan 97/Jan 96
Exportações	3.473	3.685	6,1
Básicos	665	834	25,4
Industrializados	2.699	2.787	3,3
Semimanufaturados	765	767	0,3
Manufaturados	1.934	2.020	4,5
Operações Especiais	109	64	-41,3
Importações	3.438	3.624⁽¹⁾	5,4
Matérias Primas/Prod. Intermediários	1.752	1.770	1,0
Combustíveis e Lubrificantes	336	61	-81,9
Bens de Capital	808	1.060	31,2
Bens de Consumo	542	733	35,2
Não Duráveis	348	385	10,6
Duráveis	194	349	79,9
Automóveis de Passageiros	33	97	193,9
Outros	161	252	56,5
Saldo Comercial	35	61	74,3

Fonte: MIC e SRF.

Nota (1): Nas importações de janeiro de 1997 não estão incluídas as importações de petróleo e derivados não registradas no Siscomex, no valor de US\$ 473 milhões.

Do lado das importações, observou-se em janeiro aumento excepcional das compras de bens de consumo (35,2%), com destaque para os duráveis (79,9%). O crescimento dessas importações deveu-se sobretudo às compras de automóveis (aumento de 193,9%), o que, para o Ministério da Fazenda, não é preocupante porque a base de comparação está deprimida, uma vez que havia um volume alto de estoques no início do ano passado. Já o crescimento ocorrido nas importações de bens de capital (31,2%) reflete o maior nível de atividade econômica e também a modernização da indústria nacional. Quanto à importação de combustíveis e lubrificantes (US\$ 534 milhões em janeiro, dos quais apenas US\$ 61 milhões registrados no Siscomex), seu crescimento de 58,8% em confronto com igual mês do ano passado é decorrência de aumento no preço do petróleo importado (25%) e no consumo interno.

As últimas previsões sobre o desempenho da balança comercial para 1997 apontam para déficit entre US\$ 6,8 e US\$ 10,4 bilhões. As previsões da Macrométrica são de exportações de US\$ 51,4

bilhões e importações de US\$ 58,2 bilhões, com saldo negativo da ordem de US\$ 6,8 bilhões (Cf. Tabela 5).

TABELA 5

Brasil: Saldo da Balança Comercial e em Conta Corrente Previstos para 1997

Instituições	Em US\$ Bilhões	
	1 9 9 7	
	Comercial	Conta - Corrente
Macrométrica	-6,8	-24,0
MCM Consultores	-10,2	-29,6
Banco Garantia	-7,0	-24,7
Banco da Bahia	-7,3	-26,5
CNI	-7,0	--
Contador e Associados	-7,0	-29,0
Rosenberg	-10,0	-30,0
Corecon-SP	-7,0	-25,0
BMC	-8,0	--
LCA Consultores	-8,0	-26,9
JP Morgan	-8,4	-25,8
Lloyds Bank	-7,0	--
Merrill Lynch	-10,4	-28,4

Fonte: Publicações especializadas.

O Banco Central divulgou o resultado da balança em conta corrente em janeiro, com déficit de US\$ 1,9 bilhão (contra US\$ 4,6 bilhões em dezembro). A balança comercial foi deficitária em US\$ 0,41 bilhão, a balança de serviços em US\$ 1,75 bilhão e transferências unilaterais superavitárias em US\$ 0,26 bilhão. O elevado déficit da balança de serviços foi influenciado principalmente pelas maiores despesas relativas a lucros e dividendos (US\$ 661 milhões), juros (US\$ 405 milhões) e viagens internacionais (US\$ 340 milhões).

3. FINANÇAS PÚBLICAS

A execução financeira do Tesouro Nacional apresentou déficit fiscal de R\$ 1.719 milhões em janeiro, com as receitas totalizando R\$ 8.064 milhões e as despesas R\$ 9.782 milhões. Embora o déficit

fiscal tenha sofrido redução de 44,5% em relação a janeiro do ano passado, cresceu 31,1% comparado a dezembro (Cf. Tabela 6).

A arrecadação de janeiro, em termos reais e contabilizada pelo critério de caixa, aumentou 13,1% quando se compara com a do mesmo mês de 1996. Já as despesas totais apresentaram decréscimo real de 4,3% nesse intervalo, devido principalmente à redução dos encargos da dívida e das despesas com operações oficiais de crédito. Os gastos com pessoal e encargos sociais alcançaram R\$ 4,10 bilhões, reduzindo-se 8,0% comparados a igual mês do ano passado e superando em 17,7% a média mensal de 1996. Segundo a STN, esse valor é explicado pela concentração sazonal de pagamento de abono de férias e antecipação do décimo-terceiro salário.

TABELA 6

Brasil: Execução de Caixa do Tesouro Nacional

Discriminação	Em R\$ Milhões de Janeiro/97			
	Jan 1996	Dez 1996	Jan 1997	Var.(%) Jan97/96
Receitas	7.127	11.381	8.064	13,1
Despesas	10.221	12.692	9.782	-4,3
- Liberações Vinculadas	2.038	2.976	3.072	50,7
- Transf. a Fundos Const.	1.809	2.143	2.362	30,6
- Outras Vinculações	229	833	710	210,0
- Liberações Ordinárias	8.183	9.717	6.710	-18,0
- Pessoal e Enc. Sociais	4.462	4.924	4.103	-8,0
- Encargos da Dívida	1.661	1.524	1.024	-38,4
- Contratual Interna	6	35	178	2866,7
- Contratual Externa	223	644	79	-64,6
- DPMF - Mercado	1.432	845	767	-46,4
- Outros Cust. e Invest.	818	3.076	966	18,1
- Operações Of. Crédito	676	129	231	-65,8
- Restos a Pagar	566	64	387	-31,6
Resultado Fiscal	-3.095	-1.311	-1.719	-44,5

Fonte: STN.

Nota (1): Foi utilizado como inflator o IGP-DI.

As liberações vinculadas, tradicionalmente segundo item mais importante das despesas, alcançaram R\$ 3.072 milhões, representando um aumento de 50,7% em relação a janeiro do ano passado. As transferências constitucionais, principal item dessas liberações, tiveram expansão de 30,6% no mês em decorrência do crescimento da arrecadação de tributos federais nos últimos dias de dezembro. Por sua vez, o item Outros Custeios e Investimentos gerou um dispêndio de R\$ 966 milhões (18,1% superior ao de igual mês de 1996), dos quais 73% destinados ao Ministério da Saúde.

Com os encargos da dívida foram despendidos em janeiro R\$ 1.024 milhões, com redução de 38,4% sobre igual mês de 1996, dos quais R\$ 767 milhões de encargos da dívida mobiliária. A STN também divulgou os gastos com juros reais no conceito de competência, os quais atingiram R\$ 959 milhões em janeiro, representando aumento de 17,8% em relação a igual mês do ano passado.

As necessidades de financiamento, no conceito primário, que apropriam as receitas pelo critério de competência e excluem as despesas com juros nominais, apresentaram em janeiro resultado negativo de R\$ 304 milhões, valor 51,9% inferior ao de janeiro de 1996. Somando-se a esse valor os gastos com juros reais apurados no conceito de competência (R\$ 959 milhões), obtém-se o resultado operacional (déficit de R\$ 1.263 milhões, contra R\$ 1.445 milhões no mesmo mês do ano passado). As necessidades de financiamento no conceito nominal, apenas do Tesouro Nacional, resultado da soma do déficit operacional mais as despesas imputadas com correção monetária e cambial da dívida, em janeiro, apresentaram déficit nominal de R\$ 2,63 bilhões (4,2% do PIB), inferior aos 4,4% do PIB registrados no mesmo mês do ano passado.

Em janeiro, o estoque da dívida mobiliária federal fora do Banco Central alcançou R\$ 179,6 bilhões, representando aumento de 54,0% em relação ao mesmo mês de 1996. A dívida pública mobiliária estadual e municipal somou no mês R\$ 52,6 bilhões, com aumento nos últimos 12 meses de 29,8%.

4. POLÍTICA MONETÁRIA

A base monetária, medida pelo critério da média dos saldos nos dias úteis, alcançou R\$ 20,6 bilhões em janeiro, com aumento de 2,6% no mês e 0,5% em relação a janeiro de 1996. Considerando as posições de final de mês, o valor da base atingiu R\$ 23,9 bilhões, superando em 20,5% o valor registrado no mês anterior. Segundo o Banco Central, no último dia de janeiro houve um movimento expansionista pelo fato de ser uma sexta-feira, quando normalmente ocorre um aumento da demanda por moeda.

As operações com o sistema financeiro constituíram o principal fator de pressão monetária em janeiro, com impacto líquido de R\$ 3,8 bilhões. Atuaram no sentido expansionista as operações de assistência financeira de liquidez (aumento de R\$ 2,5 bilhões) e as liberações de recursos anteriormente recolhidos compulsoriamente sobre os FIF (R\$ 2,0 bilhões), consequência dos saques efetuados nos fundos de curto prazo por conta do início da cobrança da CPMF. Do lado contracionista, houve ingresso de recursos de depósitos das instituições financeiras (R\$ 0,8 bilhão) referentes em grande parte a encaixes compulsórios sobre depósitos de poupança e sobre depósitos a prazo.

As operações com o Tesouro Nacional tiveram impacto expansionista de R\$ 2,2 bilhões, como resultado de pressões adicionais do lado da despesa. Já as operações do setor externo, ao contrário do observado nos últimos meses, apresentaram resultado contracionista (R\$ 1,3 bilhão), refletindo a atuação do Banco Central no mercado interbancário de câmbio. Com relação às operações com títulos públicos federais, observou-se colocação líquida de R\$ 0,6 bilhão.

A dívida líquida do setor público, interna e externa, atingiu R\$ 269,0 bilhões em dezembro, equivalente a 34,5% do PIB (era de 29,9 % em dezembro de 1995). Desse total, R\$ 128,0 bilhões são de responsabilidade do governo central, R\$ 93,4 bilhões dos governos estaduais e municipais e R\$ 47,6 bilhões das empresas estatais. As necessidades de financiamento do setor público, em 1996, no conceito nominal, apresentaram déficit de 6,09% do PIB, inferior ao verificado em 1995 (7,05%). No conceito operacional, o déficit atingiu 3,89% do PIB, também inferior aos 4,79% do PIB registrados em 1995. A tabela a seguir mostra que o déficit operacional como proporção do PIB, depois de um aumento ao longo de 1995 e no primeiro semestre de 1996, caiu no segundo semestre do ano passado. No conceito primário, o resultado foi praticamente equilibrado em 1996 (déficit de 0,09% do PIB, contra superávit de 0,35% do PIB em 1995).

TABELA 7
Necessidades de Financiamento do Setor Público - Conceito Operacional
Fluxos dos Últimos 12 Meses

Período	Em % do PIB (1)			
	Governo Federal e Banco Central	Governos Estaduais e Municipais	Empresas Estatais (2)	Total
1994 Dez	-1,57	0,56	-0,31	-1,32
1995 Jun	-0,87	1,51	0,06	0,70
Dez	1,64	2,31	0,83	4,79
1996 Jun	2,38	2,32	0,74	5,43
Dez	1,67	1,89	0,33	3,89

Fonte : Banco Central

Notas : (1) Relação dos fluxos com o PIB, ambos valorizados para o último mês do período com base no IGP-DI.

(2) Engloba as empresas estatais federais, estaduais e municipais.

(3) Déficit (+) e Superávit (-)

5. INFLAÇÃO

Em janeiro, a maioria dos índices de preços apresentou variação mensal superior a de dezembro. A inflação, segundo o IGP-DI, foi de 1,58% (contra 0,88% em dezembro), devido principalmente ao efeito do reajuste dos preços dos combustíveis e aumentos dos preços de alimentos ocasionados pelo

excesso de chuvas. Os componentes do IGP-DI tiveram as seguintes variações: 1,67% dos preços por atacado, 1,85% dos preços ao consumidor e 0,32% dos custos da construção civil (Cf. Tabela 8).

A taxa de inflação medida pelo IPC-SP, calculado pela FIPE, foi de 1,23% em janeiro, contra 0,17% registrado no mês anterior. Contribuiu para essa aceleração o aumento dos preços dos alimentos (1,41%), das matrículas e mensalidades escolares (11,34%) e dos combustíveis. Da mesma forma, esses três itens pressionaram a inflação medida pelos índices do IBGE. O INPC registrou aumento de 0,81%, contra 0,33% observado em dezembro.

Para fevereiro, já foram divulgadas as taxas de inflação segundo o IGP-M e IPC-FIPE. Houve substancial desaceleração da inflação (0,43% e 0,01%, respectivamente para esses dois índices). A variação praticamente nula do IPC-FIPE foi decorrência da queda dos preços do vestuário (-3,63%) e da estabilidade dos preços de transportes e educação. Para o ano, o cenário continua favorável, com a maioria das previsões situando em torno de 7% a inflação do ano.

TABELA 8

Taxas de Inflação Observadas (Vários Índices) em Dezembro/ 96 e Janeiro/97

Índices	Taxas de Inflação (%)	
	Dezembro	Janeiro
IGP-DI (FGV)	0,88	1,58
- IPA-DI	1,21	1,67
- IPC	0,44	1,85
- INCC	0,59	0,32
IGP-M	0,73	1,77
INPC (IBGE)	0,33	0,81
IPCA (IBGE)	0,47	1,18
IPC-SP		
- FIPE	0,17	1,23
- DIEESE	0,38	2,12
IPC-RJ (FGV)	0,55	1,70
IPCA-BH (IPEAD)	0,51	1,92

Fontes: FGV, IBGE, FIPE e DIEESE.

FONTES DE REFERÊNCIA

- Atualização de Conjuntura Econômica, Rosenberg e Associados, vários números.
- Boletim Macrométrica - vários números.

- Boletim de Conjuntura, Instituto de Economia Industrial da UFRJ, vários números.
- Boletim da FIESP sobre nível de emprego de São Paulo.
- Carta de Conjuntura - IPEA/GAC, vários números.
- Carta do IBGE, vários números.
- Conjuntura Econômica, FGV, vários números.
- Indicadores Instituto de Economia do Setor Público (IESP) - Fundação do Desenvolvimento Administrativo (FUNDAP), vários números.
- Informe Conjuntural, CNI, vários números.
- Jornais Gazeta Mercantil, Folha de São Paulo e Estado de São Paulo, vários números.
- Nota para Imprensa do Bacen - vários números.
- Pesquisa Industrial Mensal, IBGE, vários números.
- Sinopse Econômica do BNDES, vários números.
- STN / Resultado do Tesouro Nacional, janeiro/96.